

Quando os fluxos do corpo do trabalhador são rastreados

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

MANSANO, S.R.V.

**QUANDO OS FLUXOS DO CORPO DO TRABALHADOR SÃO RASTREADOS:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE PODER E RESISTÊNCIA**
*WHEN THE FLOWS OF THE WORKER'S BODY HAVE BEEN TRACKED: SOME
NOTES ABOUT POWER AND RESISTANCE*

Sonia Regina Vargas MANSANO¹

RESUMO: a emergência de uma sociedade caracterizada pelo controle, conforme anunciada por Gilles Deleuze, coloca-nos diante de novos dispositivos de poder e também de novas formas de resistência. Neste trabalho, buscaremos discorrer sobre uma dimensão específica dessa problemática que consiste no avanço tecnológico em direção às formas de controle que incidem sobre a saúde, o corpo e a produtividade do trabalhador. Para tematizar essa forma de controle chamada por Michel Foucault de biopoder, recorreremos à análise de uma notícia veiculada pela mídia brasileira que mostrou como as empresas utilizam os exames laboratoriais para detectar o uso de drogas entre seus funcionários. Encontramos nesse tipo de notícia a oportunidade de analisar o quanto o corpo tem sido tomado como uma espécie de prova que dá visibilidade a parte dos hábitos, lícitos e ilícitos, cultivados pelo trabalhador em sua vida privada. Diante desse tipo de intervenção médica, viabilizada no interior das empresas, cabe-nos então questionar: até que ponto a vida privada do trabalhador pode ser objeto de investigação por parte das empresas com vistas ao controle? Quais são as possibilidades de luta frente um modo de gestão que extrapola os limites da empresa e pretende adentrar na vida privada do trabalhador legislando sobre seus hábitos?

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; subjetividade; resistência; controle.

A preocupação com a saúde e o bem estar da população pode parecer algo natural, quase corriqueiro, visto que se encontra tão difundida em nossos dias como uma espécie de tarefa a ser perseguida por cada indivíduo, independentemente da classe social em que ele esteja localizado. Iniciativas nessa direção são variadas e vão desde a divulgação sistemática de dietas, campanhas de saúde e sites de esclarecimento sobre diferentes doenças, até programas de vacinação e barreiras contra

¹ Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Londrina, São Paulo, Brasil.

epidemias. Pode-se dizer que temos, atualmente, um conjunto amplo e diversificado de procedimentos preventivos e curativos que são disseminados e assimilados pela população em geral.

Se observarmos atentamente, é possível perceber que o cuidado com a saúde coletiva consiste em um empreendimento bastante complexo, que vem se delineando e se transformando já há alguns séculos. Atualmente, a busca por manter o corpo sadio e produtivo estende-se por toda a existência e toma contornos bem definidos o que, por sua vez, acaba cooperando para dar direção ao modo de organizar a vida cotidiana.

É Michel Foucault quem traz uma reflexão sobre a preocupação, por parte do Estado, com a saúde da população, em suas investigações dos anos setenta e oitenta. Trata-se dos estudos voltados para o “Nascimento da medicina social”, “A política da saúde no século XVIII” e “A governamentalidade”, todos eles publicados numa coletânea brasileira intitulada “Microfísica do poder” (FOUCAULT, 1979), bem como o último capítulo da obra “História da Sexualidade I: A vontade de saber” (FOUCAULT, 1997). Segundo esse filósofo, o século XVIII viu nascer toda uma preocupação com a saúde e bem estar de uma categoria até então pouco relevante: a população. Este interesse científico e governamental sobre a vida foi denominado então como biopoder.

As condições para a emergência dessa forma de governar foram diversas, sendo que aqui destacaremos três delas: primeiro, a necessidade de difundir regras a partir das quais fosse possível organizar o coletivo populacional que se aglomerava nas cidades, acelerando, assim, o processo de urbanização; em segundo lugar, a necessidade de delimitar e fortalecer as fronteiras dos estados, aumentando a sua força defensiva e, por fim, a necessidade de investir na dinâmica produtiva das cidades objetivando, principalmente, o aumento da capacidade de trabalho da população (FOUCAULT, 1979). Pode-se notar que a organização da vida nas cidades foi, desde então, uma marca constitutiva dessa forma de governar que, tendo sofrido diversas transformações, estende-se até nossos dias.

Dessa maneira, o biopoder nasce como uma nova estratégia de comando que incide sobre a vida buscando planejar e executar “controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1979, p. 129). Por meio dessa estratégia, a vida natural, ou seja, o fato de um indivíduo existir enquanto espécie e pertencer a um determinado grupo social, começou a ser considerada de maneira mais precisa. O indivíduo foi incluído nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, que vinha se delin-

ando desde o século XVI na Europa. Desde então, a forma de poder vigente começou a sofrer transformações significativas, passando a ser exercida não apenas no sentido de decidir sobre a morte dos súditos, como acontecia nas sociedades que se organizavam por meio da soberania, mas por priorizar o aumento da expectativa de vida da população.

A criação e a consolidação do Estado como nova forma de organização social demandou a elaboração de uma racionalidade governamental própria, a partir da qual fosse possível aumentar a força produtiva do coletivo populacional, fazê-la crescer e ordená-la. Nesse contexto, o indivíduo aparece como aquele que precisa ser submetido à disciplina e ao controle, sendo estes os requisitos indispensáveis para viabilizar e acelerar a produção de riquezas.

Para isso, o Estado passou a incitar, reforçar, controlar e vigiar as mais diversas dimensões da vida da população, tendo como estratégia a disseminação de regras e leis ligadas a duas vertentes diferentes: primeiramente à disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1998) e, em seguida, à normatização da população (FOUCAULT, 1997, p. 127). Essas duas estratégias de intervenção foram asseguradas por meio de conhecimentos médicos e administrativos, que se ocupavam também dos programas de higienização pública.

Jacques Donzelot, em seu livro “A Polícia das famílias” (1986), identificou um campo vasto de práticas direcionadas para a disciplina, o controle e a produção. Para ele, a organização da família nuclear burguesa foi fundamental nesse projeto. Donzelot ocupou-se, nesta obra, de demonstrar como é que a instituição familiar foi amplamente valorizada no decorrer do século XVIII, funcionando como um dos vetores de propagação dessas tecnologias de saúde que se ocuparam do corpo e de suas condições de sobrevivência (como a higiene, a educação, a moradia e a alimentação). Ele buscou demonstrar também como a vigilância e a disciplina sobre os corpos foram utilizadas por esta forma de governar que, aos poucos, conseguiu adentrar nas esferas mais íntimas da vida familiar.

Desta maneira, podemos considerar que a modernidade consistiu num novo tempo histórico marcado pelo ingresso da vida nos cálculos da administração urbana. Tratava-se da organização da vida em sua dimensão mais nua (AGAMBEN, 2002), ou seja, o simples fato de existir, enquanto espécie, já era suficiente para justificar diferentes formas de intervenção sobre o corpo do indivíduo e sobre a organização da população. A dimensão política presente nessa maneira de governar consistia em dar direção à vida da população, disciplinando-a, organi-

zando-a e principalmente qualificando-a para o trabalho. Pode-se dizer, então, que o biopoder não teve como alvo nem o indivíduo nem a sociedade especificamente, mas a população em sua diversidade. Nesse sentido, Michel Foucault faz a seguinte consideração:

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder [...]; não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: o corpo múltiplo, corpo com numerosas cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de população. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político. (FOUCAULT, 1999a, p. 292).

Com isso, o poder estatal tomou para si as funções de gerir e de administrar a vida, mediante uma bio-regulamentação. As primeiras intervenções do biopoder aconteceram por meio de quantificações, cálculos estatísticos, registros e mensurações de dados básicos sobre a existência, como, por exemplo, as taxas de natalidade e de mortalidade. De posse dessas informações, foi possível constatar que a população não era simplesmente uma massa inerte. Ela tinha uma regularidade própria que, uma vez investigada e analisada, poderia ser tomada como ponto de partida para definir novas estratégias de ação governamental. Sobre isso, Foucault destaca:

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 1999a, p. 302).

Os primeiros alvos de controle do biopoder englobaram segundo Foucault três campos. Primeiramente a higiene pública, voltada para o diagnóstico, o tratamento e a medicalização dos doentes. Em segundo lugar, a preocupação com fenômenos universais e acidentais, os quais, de certa maneira, impediam que o indivíduo permanecesse produtivo, incluindo aí as enfermidades e as anomalias diversas. E, por fim, a relação dos seres vivos com o seu meio, ou seja, os problemas de organização das cidades (FOUCAULT, 1999a, p. 291-292). Investigações diversas nesses três campos possibilitaram a elaboração de cálculos que envolviam previsões, estimativas e medições globais no que se referiam a taxa de nascimentos, mortes, fecundidade, bem como às epidemias. Esse conjun-

to de dados era utilizado para melhor caracterizar as regularidades ou desvios populacionais e assim intervir de maneira eficaz sobre eles.

Aos poucos o biopoder, através desses cálculos e mensurações, foi legitimado como um campo de saber capaz de produzir formas diferenciadas de intervenção sobre o cotidiano da população investigada. A ciência médica, constituinte primordial do biopoder, participou ativamente deste empreendimento, que visava construir uma nova governamentalidade (FOUCAULT, 1996). Cabe lembrar que nesse momento histórico toda a sua intervenção toma uma configuração particularmente estatal.

De posse dos saberes produzidos por meio dos dados coletados e analisados pela estatística, foi possível direcionar os objetivos do governo para a melhoria da qualidade de vida da população no que se refere à habitação, à organização urbana, às condições de saúde, à educação e principalmente à produtividade. Ao esclarecer como isso foi feito, Foucault destaca algumas estratégias que até hoje são utilizadas pelo governo. Estas envolvem o uso de

[...] campanhas através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população. (FOUCAULT, 1996, p. 289).

Vemos então que, desde o século XVIII, organizar a vida nas cidades implicava em, partindo precisamente dos saberes extraídos da própria população, introduzir em seu cotidiano formas de controle que direcionavam seus hábitos para aquilo que os saberes vigentes em cada época definiam como verdadeiro. E, nesse contexto, a noção de verdadeiro pode ser entendida como sinônimo de saudável e produtivo. É assim que, segundo o filósofo, “[...] a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (FOUCAULT, 1996, p. 289). Toda essa intervenção tornou-se possível à medida que diversos saberes foram elaborados tendo como um de seus objetivos a tentativa de prolongar a existência biológica da espécie a fim de aumentar a produção de riquezas.

Obviamente, introduzir esses valores, ligados à manutenção da saúde, no cotidiano da população não foi uma tarefa simples e nem rápida. Para Foucault (1997, p. 134), o homem ocidental aprendeu “pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo”. Essa aprendizagem, realizada num primeiro momento por meio do dispositivo disciplinar que vigorava no interior das instituições, configurou-se como condição indispensável para a instalação de uma gestão dos corpos.

Entretanto, a importância da disciplina não se restringiu a um mero pré-requisito numa suposta sucessão de fases. Para Foucault, a história é bem mais complexa do que uma simples passagem linear. A população já disciplinada, submetida a uma forma de poder que individualizou e regulamentou a sua existência corporal em termos de normalidade e anormalidade, era uma das forças que ajudava a colocar em funcionamento a produção e o acúmulo de riquezas que se instalavam com o capitalismo. Foucault (1996, p. 291) observa então:

Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania – disciplina – gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.

Assim, a disciplina (individual) e a regulamentação (populacional) participaram ativamente no processo de configuração do biopoder neste momento histórico. Vale assinalar também que foi estabelecida uma relação muito direta entre o biopoder e a expansão do capitalismo como forma de organização socioeconômica. Sobre isso, Foucault assinala:

[...] este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos fenômenos econômicos [...] O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (FOUCAULT, 1997, p. 132-133).

Pode-se dizer, portanto, que a expansão do capitalismo foi ainda mais efetiva à medida que conseguiu associar essas duas dimensões

do biopoder: a disciplina do corpo e os cálculos sobre a vida da população. Ambos foram necessários para delinear os caminhos pelos quais a economia deveria seguir a fim de criar uma racionalidade própria para esta forma de governar.

Desde o seu nascimento, datado do século XVIII, as estratégias de intervenção do biopoder foram se refinando e sofreram diversas transformações. Com o passar do tempo, acumulando informações mais precisas e contando com metodologias de pesquisa sofisticadas, essa forma de governar penetrou em camadas mais íntimas da vida da população e ocupou-se das mínimas partes do funcionamento do corpo, valendo-se de estratégias mais flexíveis e mais tecnologicamente avançadas do que aquelas que eram adotadas anteriormente. Nessas mudanças, os programas disciplinares, que eram executados particularmente no interior das instituições, foram, aos poucos, sendo disseminados também pelo espaço social aberto, tomando uma configuração mais difusa e livre.

Foi assim que vimos tomar forma, desde a segunda metade do século XX, dispositivos mais sofisticados de controle que funcionam fora das instituições. Em outras palavras, são dispositivos mais disseminados que atuam a céu aberto, sem necessariamente contar com a intervenção do Estado ou das instituições para serem efetuados. Tanto que em nossos dias, qualquer indivíduo pode colocar em funcionamento, quase por conta própria, diversas formas de controle sobre a sua própria vida e sobre a vida daqueles com os quais convive sem qualquer mediação institucional.

Outro dado a ser considerado é que nesses últimos anos, além de a população ter se transformado, houve, em termos de tecnologia, um enorme avanço nos estudos e nas descobertas da ciência, os quais foram rapidamente absorvidos por esta forma de governar. Com isso, o poder que incide sobre a vida foi diversificado e especializado, estendendo-se para regiões do corpo até então completamente inacessíveis como, por exemplo, o funcionamento de órgãos, a composição e a passagem dos fluxos celulares, valendo-se, para isso, de equipamentos que são capazes de registrar imagens e dados com maior precisão. Trata-se agora de um biopoder mais múltiplo e mais avançado em suas estratégias de investigação e intervenção.

Assim, é possível observar que o biopoder produz cada vez mais uma normalização variável sobre os diferentes fluxos que atravessam a existência e os corpos. Esses fluxos podem ser de pessoas, de mercadorias, de vírus e de tudo o mais que seja considerado relevante sob o ponto de vista de quem organiza e administra o espaço social. O

avanço tecnológico introduz mudanças significativas nessa forma de controle uma vez que o monitoramento e a vigilância já não incidem necessariamente sobre todo e qualquer indivíduo, mas somente sobre aqueles que, de alguma maneira, atrapalham ou perturbam a passagem de um fluxo previamente organizado.

É precisamente nessas transformações do biopoder que queremos focalizar nossa atenção a partir de agora. De fato, ele expandiu-se em diferentes direções criando condições para um monitoramento mais preciso sobre a vida humana a partir do corpo e de sua potência de produção. Podemos citar, a título de exemplo, os exames laboratoriais que detectam o uso de drogas e que podem ser solicitado por qualquer pessoa, inclusive pela família, através da internet, sem que o possível usuário o saiba.² Existem também pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o uso de vacinas que são capazes de inibir os efeitos de drogas no corpo durante um período que pode se estender por até seis meses e que, segundo os pesquisadores, auxilia no processo de desintoxicação do organismo (BBC BRASIL, 2004). Em ambos os casos, os fluxos de partículas químicas e de células podem ser rastreados e monitorados com o auxílio da ciência e da tecnologia, sem que o sujeito investigado necessariamente o saiba.

Esse tipo de investigação também se faz presente no contexto laboral. É o caso de um debate sobre os exames laboratoriais que algumas empresas utilizam a fim de detectar o uso de drogas e a contaminação por HIV entre seus funcionários e que, frequentemente, ganha visibilidade na mídia. No Brasil, essa situação é bastante delicada, pois não existe uma legislação específica que regule o uso de testes toxicológicos entre trabalhadores. Na falta dela, prevalecem os direitos individuais previstos na constituição. Podemos encontrar no art. 5º, inciso X da Constituição Brasileira o seguinte texto: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano moral decorrente da sua violação” (BRASIL, 1988).

Entretanto, não é bem esse quadro que se configura em nosso país. De acordo com reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, na falta de especificidade da legislação, “pelo menos 300 empresas brasileiras realizam testes toxicológicos no ambiente de trabalho. Em geral eles são feitos no processo de admissão ou por sorteio aleatório entre os empregados” (FOLHA DE S. PAULO, 2004). Pelos dados veiculados nessa reportagem é possível notar que o biopoder, como uma política que incide

² www.testededrogas.com

sobre a vida com o objetivo de regulamentá-la e prolongá-la, vai aos poucos se desprendendo de uma intervenção que originariamente estava ligada ao Estado, passando a ser exercida também como forma de gestão adotada por empresas privadas com o objetivo de controlar a produtividade e, de certa maneira, os hábitos dos seus trabalhadores.

A gestão sobre a vida privada do trabalhador ocorre por intermédio de diferentes pesquisas sobre as condições de saúde, os hábitos cotidianos, o lazer, ou seja, envolve uma investigação que busca esquadriñar a existência do funcionário para além dos limites da empresa. Claro que todas estas investigações são justificadas de uma maneira que tende a ser socialmente aceita e legitimada, elucidando os cuidados para com a saúde e o bem estar dos funcionários. E boa parte delas coloca em andamento diversos programas de prevenção e de intervenção que até podem vir a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida do trabalhador.

Entretanto, deparamo-nos aqui com um regime complexo de poder que, ao mesmo tempo, expande e limita a vida por meio do controle. Assim, as transformações contemporâneas dessa forma de poder introduzem, no cotidiano da população, dispositivos de controle sofisticados que adentraram em dimensões da existência que anteriormente eram consideradas como privadas – incluindo aí, além da fisiologia, também o psiquismo, a socialização, a afetividade e a imaginação.

O que vemos, então, é uma migração do biopoder, que passa de uma utilização exclusiva por parte do Estado para ser, agora, assumido e utilizado também pela chamada iniciativa privada, ou seja, a esfera empresarial que engloba as empresas e as corporações. Vale ressaltar que este universo privado funciona exclusivamente sob a lógica das análises de custos, das vantagens financeiras e principalmente do lucro, o que guarda certa distância em relação aos objetivos preconizados por um governo estatal. Quando o biopoder passa a ser exercido também na esfera privada seu foco recai exclusivamente sobre determinações econômicas (sempre variáveis) que regem cada um desses setores, atentando-se exclusivamente para os benefícios e riscos que incidem sobre a produção de riquezas (LAZZARATO, 2001).

Cabe considerar também que as novas tecnologias e formas de controle, viabilizadas por essa transmutação do biopoder, produzem novas formas de exclusão social que são ainda mais radicais. Nesse contexto, é o próprio corpo que acaba sendo colocado à prova e já não são apenas as condições físicas de saúde que interessam. Dependendo

dos resultados obtidos por intermédio dos exames, é possível identificar alguns aspectos referentes ao estilo de vida que o trabalhador adota quando se encontra fora do seu local de trabalho. Essa investigação permite que as empresas exerçam um controle ainda mais capilar sobre a vida privada de sua equipe de funcionários, reivindicando para si o direito de incluir ou excluir determinados trabalhadores em seus programas caso os dados detectados por meio dos exames não sejam compatíveis com os valores que vigoram em seu interior.

Podemos ver aí todo um empenho das empresas no sentido de rastrear as condições de saúde corporal, mas também a maneira como o trabalhador constrói sua vida privada (social, sexual, familiar e afetiva). Com isso, as formas de vida que o trabalhador imprime em seu cotidiano (e que agora podem ser, em alguma medida, detectadas por intermédio de exames) tornam-se mais um aspecto a ser considerado nos processos de seleção, nos programas de ascensão funcional e nas premiações por mérito que são utilizados nas empresas.

Apesar de muitas dessas organizações adotarem a prática de consulta a seus funcionários e só realizarem os testes depois do seu consentimento formal por meio de documento, na opinião da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): “os testes causam constrangimento e, devido à fragilidade dos contratos de trabalho e aos altos índices de desemprego (11,7% em janeiro, segundo o IBGE), os trabalhadores se sentem praticamente coagidos a fazê-lo” (FOLHA DE S. PAULO, 07/03/2004).

Aqui podemos notar como o corpo do trabalhador pode estar vulnerável ao comando biopolítico instalado. A precariedade da condição socioeconômica dos trabalhadores, ou seja, a instabilidade do emprego facilita tanto a solicitação quanto a obtenção de dados sobre os fluxos do seu corpo e, por extensão, sobre parte do seu modo de organizar a vida pessoal. E, em todo o processo, o trabalhador é convidado a participar voluntariamente. Isso, por si só já nos coloca diante de um impasse ético. Entretanto, não é em todas as situações que essa consulta prévia acontece. Em alguns casos, a decisão por aceitar ou recusar-se a fazer os exames pode acionar sanções como a perda do emprego ou a dificuldade de conquistar uma progressão na carreira.

Esta situação torna-se ainda mais grave quando o debate volta-se para a garantia do sigilo médico em relação aos resultados de exames. Neste caso, o sigilo pode ser totalmente quebrado, visto que, além do médico e do seu paciente, um contingente significativo de pessoas poderá ter acesso aos resultados: funcionários do setor de Recursos Hu-

manos, psicólogos, assistentes sociais e, por fim, a chefia do funcionário. Quando essa informação não culmina na demissão, o funcionário pode ser encaminhado, por exemplo, para programas de combate à dependência, fato que expõe ainda mais sua vida privada.

Como vimos no início deste estudo, atualmente o biopoder ocupa-se em otimizar o potencial de produção coletivo de maneira bem mais contextualizada, contando, para isso, com estratégias e agentes diversificados que se revezam para cobrir a diversidade do espaço social. Essa rede envolve também a participação da população, que pode exercer uma fiscalização mais direta sobre a saúde do trabalhador por meio de variados canais de denúncias.

Essa participação ganha maior legitimidade quando, por exemplo, nos atemos ao que se passa no setor de transportes rodoviários. Neste caso, uso de álcool ou drogas em geral, uma vez associado à direção, pode trazer conseqüências drásticas tanto para a vida do trabalhador quanto para a vida daqueles com os quais ele compartilha o uso das estradas. Aqui, é possível perceber o quanto a população participa, adere e deseja os dispositivos de controle que buscam fazer uma fiscalização mais rigorosa sobre os fluxos, sobre os hábitos e sobre a vida privada destes trabalhadores.

Podemos perceber, com isso, que quando o biopoder passa a convocar a população para participar da avaliação e da efetuação dos dispositivos de controle, a rede de poder fica ainda mais forte e diversificada. Assim, se o século XVIII viu nascer o biopoder como estratégia governamental, a contemporaneidade encontra-se diante de uma expansão e sofisticação dos aparatos de controle.

É possível notar, então, a emergência de um biopoder transformado e completamente reconfigurado em sua estratégia política de intervenção. Este deixa de ser uma racionalidade governamental exclusiva dos poderes estatais e passa a ser utilizado também pelos setores privados do capitalismo, que tomam para si a responsabilidade pela saúde e, em certa medida, pela gestão das formas de existência dos trabalhadores. E é possível ver aqui todo um empenho por parte das empresas para participar do comando da vida social (LAZZARATO, 2001).

Chegamos assim a uma contradição. Por um lado, Marx já alertava para o quanto a forma de organização capitalista é excludente e dissemina a precariedade das condições de trabalho. Ele chamava a atenção para a existência de uma reserva de mão de obra, ou seja, um contin-

gente significativo de trabalhadores que é simplesmente excluído do mercado de trabalho.

Hoje, com o avanço das tecnologias de exame do corpo e sua interface com o capitalismo, o mercado tende a abrir espaço de trabalho majoritariamente para aqueles indivíduos que são considerados “os melhores”. Para isso, os processos de seleção tomam como referência aspectos biológicos, educacionais, estéticos e subjetivos, aumentando ainda mais esta reserva de trabalhadores.

Em seu livro “O Horror Econômico”, Viviane Forrester (1997) chama a atenção para um contingente crescente de trabalhadores excluídos: eles são pouco qualificados para acompanhar os avanços tecnológicos das empresas e numerosos demais para serem incluídos em políticas de qualificação e treinamento.

Por outro lado, um dos efeitos advindos das intervenções do biopoder, que relatamos no início, é fazer com que a população tenha cada vez mais saúde e longevidade. Vemos então que a dificuldade de acesso ao mundo do trabalho cresce ao mesmo tempo em que a expectativa de vida populacional aumenta. E, tanto na questão da dificuldade do acesso aos postos de trabalho como no aumento populacional é o biopoder que se faz presente.

Diante desse cenário, é possível vislumbrar que as lutas políticas a serem enfrentadas nesse setor são múltiplas, assim como são múltiplos os campos onde elas acontecem e a velocidade com que elas nascem e se desmancham. O fato é que grande parte delas acontecem na esfera biopolítica, ou seja, em qualquer lado da luta o argumento utilizado veiculará a manutenção da vida e de suas possibilidades de expansão.

Percebe-se, assim, que a existência encontra-se o tempo todo às voltas com os aparelhos de captura do biopoder efetuados pelas mais deferentes instâncias públicas e, mais recentemente, privadas. Mas é preciso lembrar que, como considerou Deleuze (1992), a sociedade de controle coloca em evidência um regime de poder no qual há movimentos complexos de liberação e de sujeição que são irreduzíveis a um desses termos. Assim, por mais sofisticados que sejam os dispositivos de controle biopolíticos, de maneira alguma será possível esquadrihar e capturar a existência totalmente. Isso porque a vida também expressa o seu poder de expansão e criação que, por diferentes vias, enfrenta e extrapola os comandos de controle.

Nesse sentido, por mais eficazes que possam ser os aparatos de controle, eles guardam limites intransponíveis à medida que incidem sobre aquelas dimensões da existência (e do corpo) que, de alguma maneira, já podem ser conhecidas e minimamente representadas. Entretanto, a existência é muito mais múltipla e imprevisível do que aqueles aspectos que a representação consegue circunscrever.

Encontramo-nos, então, em meio a um combate que busca detectar os efeitos que esse biopoder transformado, ampliado e radicalizado, traz para a vida em sociedade e, principalmente, sobre os limites éticos necessários para preservação de uma vida autônoma e expansiva.

Pode-se dizer que um dos problemas políticos colocados na atualidade para os trabalhadores de diferentes áreas diz respeito às possibilidades de constituição de formas de vida mais autônomas em meio a essas intervenções precisas do biopoder. O avanço e a sofisticação dos dispositivos de controle biopolíticos, dos quais somos parte integrante e constitutiva, exigem uma atenção permanente sobre seus limites, seus abusos e sobre as novas formas de existência que eles ajudam a construir, por vezes naturalizando alguns procedimentos que são preconceituosos e intoleráveis.

Hoje, o trabalho explora não apenas a força física e o tempo dos homens, como já havia considerado Foucault (1999b), mas intervém também nas possibilidades de construir e de dar direção à existência, qualificando-a. Em outras palavras, trata-se de um poder que pretende interferir na própria construção da subjetividade e principalmente na relação imprevisível e variável do sujeito com o seu corpo.

Chegando ao fim deste estudo, cabe ainda dizer que resistir, nesse tempo histórico, não consiste apenas em uma recusa (da organização econômica que temos hoje), mas implica também em considerar, caso a caso, como se efetuam as intervenções do biopoder, bem como quais são as repercussões que elas trazem para a existência coletiva. Trata-se de uma resistência mais viva e multifacetada, onde o sujeito está implicado ao mesmo tempo com a rede de poder vigente e com as possibilidades de expansão da existência. Sobre esse cenário de luta, Foucault faz a seguinte consideração:

[...] se não houvesse resistência, não haveria relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. No momento em que o indivíduo está numa situação de não poder fazer aquilo que ele quer, ele deve utilizar relações de poder. A resistência vem então em primeiro e permanece superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de

poder a mudarem. Considero então que o termo 'resistência' é a palavra mais importante, a palavra-chave desta dinâmica. (FOUCAULT, 2003, p. 35).

Pode-se dizer, então, que tomar em análise as possibilidades de expandir a vida no contexto laboral é, em si, um exercício ético e político que não se esgota em uma solução definitiva ou na elaboração de regras fixas e universais. Somente por meio desse exercício constante de problematização sobre as formas de vida atualizadas no trabalho, um exercício de resistência que é sempre pontual e localizado, faz-se possível abrir caminhos para a construção de outras possibilidades de existir e de otimizar a vitalidade social precisamente naqueles lugares onde ela se encontra mais sujeitada, mais separada de sua potência de ação.

MANSANO, S.R.V. *When the flows of the worker's body have been tracked: some notes about power and resistance. Revista ORG & DEMO (Marília)*, v. 9, n.1/2, p. 39-54, jan./dez., 2008.

ABSTRACT: the emergency of a control society announced by Gilles Deleuze puts us in front of new devices of power and also of resistance. In this study, will be researched the control forms that happen about the health and the worker's productivity. In this control form will be possible to understand how the exams to detect the use of drugs among employees have been utilized in Brazil. We found in this situation the opportunity to analyze as the body has been used to control the worker's private life. Then, some questions become important: Can the worker's private life be an object of the investigation with purpose of the control? Which are our resistance possibilities?

KEYWORDS: work; subjectivity; resistance; control

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BBC BRASIL. Vacina contra a cocaína 'ajuda a combater o vício'. Net. jun. 2004. Disponível: www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/story/2004/06/printable/040614_cocainaas.shtml. Acesso em: nov. 2008.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOLHA DE S. PAULO. Empresa vigia funcionário que usa droga. 07 mar. 2004. Folha Cotidiano.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999b.
- _____. *Sexo, poder e indivíduo – entrevistas selecionadas*. Santa Catarina: Nefelibata, 2003.
- LAZZARATO, Maurizio. *Le gouvernement par l'individualisation*. *Multitudes* n. 4, mar., 2001. Disponível em: multitudes.samizdat.net. Acesso em: 05 out. 2006.

MANSANO, S.R.V.